

**Consulta geminada:
Reformaço – Educaço – Transformaço
Conferencia Principal I**

**As igrejas no espaço púbclo
– rumo a uma teologia púbclo com enfoque na
cidadania**

*Rudolf von Sinner**

Introdução: A religião no espaço púbclo – positiva, ambígua, nefasta

Prezadas e prezados colegas, amigos e amigas, irmãs e irmãos,

Agradeço muito o convite para proferir esta conferência diante de vocês que vieram de perto e de longe, é uma alegria e grande honra para mim. Quero compartilhar com vocês umas reflexões acerca das igrejas no espaço púbclo¹, em parte baseadas em pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos 14 anos, em parte sob impacto dos acontecimentos nos últimos dias, em Paris e alhures. Não há dúvida, e a palestra do colega Alexandre Brasil Fonseca deixou isto bem claro para o caso brasileiro: A religião está presente na esfera púbclo – de modo positivo, de modo ambíguo, de modo nefasto. Quanto ao primeiro, temos exemplos de *contribuição cidadã* em muitos lugares – lembremos apenas o papel fundamental de amplos setores da igreja católica neste país na resistência, prática e teológica, contra a opressão e na construção da sociedade civil nos tempos da ditadura militar. Quanto ao segundo, a *ambiguidade*, temos não poucos exemplos da igreja presente dos dois lados da trincheira, como foi o caso na defesa e no combate ao sistema do *apartheid* na África do Sul por parte especialmente das igrejas reformadas. Lembremos também a ambiguidade neste país entre posturas religiosas morais conservadoras e posturas sociais progressistas, muitas vezes dentro de uma mesma igreja. Lembremos a importante contribuição social das igrejas, por um lado, e do lobby religioso corporativista, por outro. Um dos símbolos mais visíveis de uma busca cada vez mais publicamente assumida pelo poder é a réplica do Templo de Salomão, construída pela neopentecostal e multinacional Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Sua inauguração em 31 de julho do

* Rudolf von Sinner é natural de Basiléia, Suíça. Tem doutorado pela Universidade de Basiléia (2001) e livre-docência pela Universidade de Berna (2010). Após dois anos de trabalho numa ONG ecumênica em Salvador, Bahia, assumiu, em 2003, docência na Escola Superior de Teologia (hoje Faculdades EST) em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, onde também atua como diretor do Instituto de Ética e pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa. É ministro ordenado da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e moderador da Comissão de Educação e Formação Ecumênicas do Conselho Mundial de Igrejas. Contato: r.vonsinner@est.edu.br. - Gostaria de reconhecer e agradecer o retorno crítico e construtivo do colega Felipe Gustavo Koch Buttelli a uma versão prévia deste texto.

¹ Cf. SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007; *The Churches and Democracy in Brazil: Towards a Public Theology Focused on Citizenship*. Eugene, Or.: Wipf & Stock, 2012.

ano passado, na maciça presença de autoridades políticas, visou posicionar a IURD como a igreja cristã por excelência.²

Temos também o *papel nefasto* da religião. Pelo nosso espanto e nossa tristeza, há violência com justificativa religiosa em muitos lugares do mundo. No Brasil, é constante a agressão verbal e, às vezes, também física, de modo especial em relação às religiões afro-brasileiras.³ Olhando para o mundo, temos severos conflitos com conotações religiosas, além de políticas, econômicas e sociais – no Mali, na Síria, no Iraque, no Afeganistão, na Nigéria, para citar apenas alguns exemplos de lugares onde diariamente morrem muitas pessoas, da mesma religião dos agressores ou de outra. Sim, e isto é um escândalo, religioso e secular: a violência e a morte são cotidianas. As religiões, por mais que se declarem serem da paz e se comportem como donas da ética não conseguem, pelo que parece, efetivamente coibir esta violência. Pior: há casos em que igrejas, mesmo que não abertamente, apoiam a violência e a morte como solução de conflitos. A situação de acentuada violência, tão bem descrita pelo colega Alexandre Fonseca, tem a tendência de estabelecer-se como normalidade, e a morte de chamados “marginais” é vista com naturalidade e até com explícita anuência. As vítimas, em sua grande maioria, pessoas pobres, jovens, negras, são vistas como não tendo direito a nenhum reconhecimento de dignidade. “Bandido bom é bandido morto”, explicitou uma recente pesquisa como postura comum de metade da população brasileira.⁴ Isto sem falar da violência social e ambiental que ocorre sempre e ocorreu nestes dias no Brasil a partir do rompimento de uma barragem em Mariana, Minas Gerais, em 5 de novembro deste, que poluiu o Rio Doce numa extensão de 500km e devastou este ecossistema por, provavelmente, décadas.⁵

No meio desta violência diária está nestes dias no centro das atenções o terror vivido em Paris, no dia 13 de novembro, com os ataques suicidas assumidas pelo auto intitulado Estado Islâmico. Chama a atenção que os atacantes mataram sem alvo específico e não demonstraram misericórdia para ninguém, nem para si mesmos. No meio da perplexidade e do caos numa das capitais mais importantes do ocidente, surge a lembrança de outros momentos históricos que colocaram esta vulnerabilidade à flor da pele, como o infamoso “9/11”. Mesmo com proporções diferentes, tanto em 2001, quanto agora aconteceu o aparentemente inconcebível. A reação, além do pavor e do luto – mas também de sinais de solidariedade e da coragem da população em levar a vida adiante - tem certos pontos paralelos, não por último a retórica do presidente do país: Haveria, disse François Hollande, uma “guerra”, uma luta

² A cerimônia da inauguração pode ser visualizada em <https://www.youtube.com/watch?v=2D6nelIZ03I>, acessado em 20 nov. 2014; ver também HEUSER, Andreas (Org.). *Pastures of Plenty: Tracing Religio-Scapes of Prosperity Gospel in Africa and Beyond*. Frankfurt: Peter Lang, 2015.

³ Cf. SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007.

⁴ PAGNAN, Rogério. Metade do país acha que ‘bandido bom é bandido morto’, aponta pesquisa. *Folha de São Paulo online*, 5 out. 2015, 02h00. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1690176-metade-do-pais-acha-que-bandido-bom-e-bandido-morto-aponta-pesquisa.shtml>, acesso em 15 nov. 2015.

⁵ GERAQUE, Eduardo; MENA, Fernanda. Tragédia em Minas Gerais deve secar rios e criar ‘deserto de lama’. *Folha de São Paulo online*, 15 de nov. 2015, 02h00. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1706510-tragedia-em-minas-gerais-deve-secar-rios-e-criar-deserto-de-lama.shtml>, acesso em 19 nov. 2015.

“sem graça” para a “erradicação” do terrorismo.⁶ Está menos carregado de sobretons religiosos do que tinha sido a retórica de George Walker Bush, para quem, inicialmente, se tratava de estabelecer “justiça infinita”, depois, de forma mais branda, de “liberdade duradoura”.⁷ Com ou sem implicação religiosa, as palavras indicam para a mesma direção: a força militar, policial, de inteligência é que deve agora resolver. Violência se resolveria com violência. Na presente situação, certamente tais medidas terão amplo apoio da população, mesmo tratando-se de ações que em tempos normais se rejeitaria. Olhando para a frente, contudo, surgem preocupações se seria possível manter o estado democrático de direito num bom balanço com os poderes estendidos do Estado e seus braços armados. Caso pender para o lado do último, o chamado Estado Islâmico terá feito seu maior ganho, terá atingido, de fato, o estado democrático de direito em seu cerne. Muito preocupante, outrossim, é a água que está caindo nos moinhos já muito ativos do preconceito e da xenofobia, aumentando ainda mais a rejeição, discriminação e exclusão de migrantes na Europa – inclusive de vítimas do mesmo Estado Islâmico.

Discurso, diálogo, argumento racional como emancipação

Diante destas paralelas entre 13/11 e 11/9, reli o já bem conhecido e mui citado discurso de Jürgen Habermas sobre “fé e saber”, proferido ao receber o prêmio da paz dos editores alemães, em 14 de outubro de 2001.⁸ Percebe-se, desde lá mais nitidamente do que antes, em Habermas a busca da compreensão do que tinha acontecido por força de um imperativo religioso destruidor. Percebe-se já desde antes sua busca contínua de um diálogo baseado na comunicação por argumento e não por decreto, muito menos pela linguagem das armas. É algo que se impõe, me parece, também para nós, representantes de igrejas e academias de teologia cristã. Precisamos, em nosso meio, mas, com efeito, para além dele, superar o decreto, o absolutismo, o fanatismo, o fundamentalismo que não permitem mais enxergar o aspecto do amor de Deus, mas apenas sua ira e exigência.⁹ Conforme Lutero estamos relacionados a Deus, o Deus do amor e da misericórdia, pela fé, ao nosso próximo pelo amor.¹⁰ Precisamente o destaque unilateral da verdade, tida com clara e única, em detrimento do amor é o que produz atos como nós vimos.

⁶ Cf. RUESCH, Andreas. Terror in Frankreich: Das Echo des 11. September. Post do dia 17 de novembro de 2015, 21.57 horas, http://www.nzz.ch/meinung/kommentare/das-echo-des-11-septembers-1.18648189?extcid=Newsletter_18112015_Top-News_am_Morgen, acesso em 18 nov. 2015.

⁷ Cf. INFINITE Justice out – Enduring Freedom, in. Post de 25 de setembro de 2001, 22:21 hs GMT, disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1563722.stm>, acesso em 19 nov. 2015.

⁸ HABERMAS, Jürgen. Fé e saber. In: HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?* São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 135-154. Habermas faz, ao mesmo tempo, exigências à “consciência religiosa”: (1) precisa adotar uma postura de diálogo, numa situação plural, com outras religiões; (2) precisa reconhecer “o monopólio social do saber sobre o mundo” por parte das ciências, e (3) obedecer aos preceitos de um Estado constitucional, liberal, construído sobre a base de “uma moral profana”.

⁹ Para uma abordagem recente e atual de Deus a partir da Bíblia, cf. FELDMIEIER, Reinhard; SPIECKERMANN, Hermann. *O Deus dos vivos: uma doutrina bíblica de Deus*. Trad. Uwe Wegner. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

¹⁰ LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade. *Obras Seleccionadas*, vol. 2. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 435-460, p. 456.

Nisso, me parece que Habermas nos chama a atenção com razão: É preciso haver comunicação, discurso, não por último, é preciso haver argumento racional que pode ser testado e contestado. Onde reinam, normalmente, o decreto e o autoritarismo, o argumento racional tem um poder verdadeiramente emancipatório, como defendeu, em diálogo entre Habermas e a teologia latino-americana, em recente tese de doutorado a teóloga luterana Eneida Jacobsen.¹¹ O fundamentalismo religioso, por sua vez, achando que faz uma leitura literal e verdadeira do escrito fundante de sua religião, ou a única interpretação possível de sua doutrina, escrita ou não, se mostra, pelo contrário, como percepção muito peculiar da verdade religiosa.¹² Em vez de ouvi-la, cala a voz do Espírito pela doutrina ou letra compreendida mui unilateralmente. Onde não há amor, essa “verdade” se torna absoluta, violenta. A tarefa imprescindível e inadiável das igrejas e da educação teológica é fomentar o amor, o diálogo, o perdão, a reconciliação. Somente neste fundamento pode haver debate sobre a verdade. Jon Sobrino, bem conhecido teólogo da libertação, precisamente definiu o centro da libertação como amor: “A teologia da libertação é antes de tudo um *intellectus amoris*, inteligência da realização do amor histórico aos pobres deste mundo e do amor que nos faz afins à realidade do Deus revelado, que definitivamente consiste em mostrar amor aos seres humanos.”¹³ Qual seria, então, a partir deste fundamento e duma percepção crítica da realidade vivida, o papel educativo das igrejas?

Três posições de igreja quanto à educação – tradicional, modernizante e profética

O grande educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), enquanto trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, escreveu, em 1972, um texto seminal intitulado “o papel educativo das Igrejas na América Latina”.¹⁴ Neste, distinguiu três posições de igreja tendo em vista seu papel na educação. É claro que o fez dentro do momento e com a terminologia que estava em vigor à época. Mas creio que as tendências indicam ainda hoje têm pertinência e nos

¹¹ JACOBSEN, Eneida. *Teologia e teoria política: aproximações críticas entre correntes da teologia contemporânea e o pensamento político de Jürgen Habermas*. Tese [Doutorado em Teologia]. São Leopoldo: Faculdades EST, 2015. Disponível em: http://tede.est.edu.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2015-09-29T135041Z-597/Publico/jacobsen_e_td134.pdf, acesso em 9 dez. 2015; ID. Esfera pública deliberativa: a recepção da teoria habermasiana no Brasil e sua significância para uma teologia pública. In: BUTTELLI, Felipe Gustavo Koch; LE BRUYNS, Clint; SINNER, Rudolf von (Orgs.). *Teologia pública no Brasil e na África do Sul: cidadania, interculturalidade e HIV/AIDS*. Teologia pública vol. 4. São Leopoldo: Sinodal, 2014. p. 119-149.

¹² Cf. p.ex. DREHER, Martin. Fundamentalismo mata. In: GMAINER-PRANZL, Franz; JACOBSEN, Eneida (Orgs.). *Deslocamentos na teologia contemporânea*. Teologia pública vol. 5. São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 209-249.

¹³ SOBRINO, Jon. Teología em um Mundo Sufriente: la Teología de la Liberación como *Intellectus Amoris*. *Revista Latinoamericana de Teología*, vol. 5, n. 15, p. 243-266, 1988, p. 259; cf. MUELLER, Enio R. *Teologia da libertação e marxismo: uma relação em busca de explicação*. São Leopoldo: Sinodal, 1996. p. 162-64; ID. Um balanço da Teologia da Libertação como *intellectus amoris*. In: SUSIN, Luiz Carlos. *Sarça ardente*. Teologia na América Latina: perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 41-47.

¹⁴ FREIRE, Paulo. O papel educativo das Igrejas na América Latina. In: *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 14. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 169-211. Sobre a década de Freire no CMI ver ANDREOLA, Balduino; BUENO, Mário. *Andarilho da esperança: Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas*. São Paulo: ASTE, 2006.

ajudam em nossa reflexão e tomada de posição. Nomeia Freire primeiro a posição de uma *Igreja tradicionalista*, pautada por uma dicotomia entre o mundo e a transcendência, procurando viver uma suposta pureza em contraposição ao mundo visto como sujo. Servem essas igrejas, conforme Freire, como “bálsamo” para o “cansaço existencial” dos oprimidos, um “refúgio das massas”, como dizia, à época, o sociólogo genebrino Christian Lalive d’Épinay.¹⁵ Ao mesmo tempo que é uma forma de “cultura do silêncio” quanto à opressão, Freire reconhece esta postura também como uma forma de resistência tácita, recusando o mundo dominado pelos senhores. Mas considera ela como “salvação sem libertação”, resultando numa igreja “quietista” e “alienante”.¹⁶ Outra posição de igreja é chamado de *modernizante*, reformista, obedecendo a uma “ideologia do desenvolvimento”¹⁷, em voga à época, procurando superar o percebido atraso da América Latina por uma educação técnico-profissional. É um avanço, aumenta a eficácia da igreja, mas, para Freire, não produz real libertação e está comprometida esta posição com as elites e não com os oprimidos. A terceira linha ou posição de igreja é a *profética*, “tão velha quanto o cristianismo mesmo, sem ser tradicional, tão nova quanto ele, sem ser modernizante”¹⁸, procurando perceber e pôr em prática a verdadeira libertação no meio das contradições da história. Ser profético, como diz Freire, é “ser utópico e esperançoso”, é “denunciar e anunciar”, o que requer conhecimento científico da realidade.¹⁹ Tal qual o Cristo, a igreja profética teria de ser “andarilha, viajeira constante, morrendo sempre e sempre renascendo”²⁰ – ouvimos ressoar o *semper reformanda* – e expondo-se ao risco de fazer parte das lutas dramáticas da realidade. Não existe profetismo sem risco. Nesta linha, a educação deve ser, de fato, transformadora, “a serviço da permanente libertação dos seres humanos”.²¹

Cito outro texto seminal, publicado 22 anos depois por Hugo Assmann, teólogo católico que migrou do campo propriamente teológico para o da educação. Seu texto tem como título “Teologia da solidariedade e da cidadania, ou seja: continuando a Teologia da Libertação”, num contexto claramente transformado.²² Sendo um dos mais expressivos teólogos da libertação, fez uma contundente crítica desta teologia. Entre outras, quer enxergar melhor, na vida concreta, cotidiana e, sempre, ambígua, as pessoas pobres com seus genuínos desejos e aspirações. Assim, advogou “uma teologia do direito a sonhar, ao prazer, à *fraternura*, ao *creativiver*, à felicidade”, resumida no conceito de corporeidade.²³ Como os pobres se tornaram, por assim dizer, “descartáveis” para o capitalismo de mercado neoliberal dominante, eles somente se tornariam visíveis para as pessoas “convertidas à solidariedade”. Por isso mesmo, Assmann insistiu, consistentemente, na necessidade de

¹⁵ FREIRE, 2011, p. 188. LALIVE D’ÉPINAY, Christian. *O refúgio das massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

¹⁶ FREIRE, 2011, p. 190.

¹⁷ *Ibid.*, p. 191.

¹⁸ *Ibid.*, p. 199.

¹⁹ *Ibid.*, p. 201.

²⁰ *Ibid.*, p. 202.

²¹ *Ibid.*, p. 204.

²² ASSMANN, Hugo. *Teologia da Solidariedade e da Cidadania: Ou seja: continuando a Teologia da Libertação*. In: ID. *Crítica à lógica da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 13-36.

²³ ASSMANN, 1994, p. 30-31. “Fraternura” e “creativiver” são neologismos criados por Leonardo Boff e Hugo Assmann, respectivamente.

educar para a solidariedade. Como diz Assmann em outro texto: “Sobre o pano de fundo do surgimento de uma sociedade aprendente, com economia de mercado e formas mutantes de empregabilidade, não cabe dúvida de que educar é lutar contra a exclusão. Nesse contexto, educar significa realmente salvar vidas.”²⁴ Também insiste que é necessário “conjuguar valores solidários com direitos efetivos de cidadania”²⁵.

Talvez vocês se perguntaram por que, numa consulta sobre a reforma, dou tanta ênfase para pensadores católicos. A pergunta é legítima e a resposta não é tão complicada: Além de bem inseridos no diálogo ecumênico, são, entre muitos outros, estes pensadores que, em nosso contexto do Brasil e da América Latina, mas também para além dele, fomentaram imensamente a reflexão sobre o elo entre a religião, a educação e a transformação. A cidadania destacada por Assmann emergiu, após o fim do regime militar no Brasil, como termo-chave da democracia, indicando o que é preciso conquistar. Teologicamente, vejo hoje a necessidade de trabalhar isto dentro da perspectiva de uma teologia pública, uma teologia pública qualificada pela transformação mediante a conquista da cidadania.²⁶

Uma teologia pública luterana da cidadania

Cidadania tornou-se o termo-chave da democracia no Brasil a partir dos anos 1990. Denota mais um campo conceitual do que um conceito claramente definido. Está longe de ser algo dado por meio de um documento de cidadania nacional ou de leis escritas. Antes, é um campo de luta constante de todas as pessoas em determinado território pelos seus direitos e pelo bem do conjunto da sociedade, sejam seus integrantes nacionais ou não. Sua efetivação envolve transformação profunda de pessoas, da sociedade, das instituições. Por isso que o “aprender” da democracia²⁷ e a educação²⁸ são sempre tidas como de central importância. No dizer do jurista Corrêa:

A cidadania [...] significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida.²⁹

É claro que esta definição ultrapassa a questão dos direitos (e deveres) como previstos em lei, introduzindo uma dimensão utópica, até escatológica quando fala da “plenitude da vida”, lembrando João 10.10, muito citado por movimentos

²⁴ Ibid., p. 130.

²⁵ Ibid., p. 33.

²⁶ Ver também SINNER, Rudolf von. Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço. In: JACOBSEN, Eneida; SINNER, Rudolf von; ZWETSCH, Roberto Ervino (Orgs.). *Teologia pública: desafios teológicos e éticos*. Teologia pública vol. 3. São Leopoldo: Sinodal, 2012. p. 13-38.

²⁷ Cf. KRISCHKE, Paulo. *The Learning of Democracy in Latin America: Social Actors and Cultural Change*. New York: Nova Science, 2001.

²⁸ Cf. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2007; PAULY, Evaldo Luis. *Ética, educação e cidadania: questões de fundamentação teológica e filosófica da ética da educação*. São Leopoldo: Sinodal, 2002; STRECK, Danilo R. *Educação para um novo contrato social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

²⁹ CORRÊA, 2006, p. 217.

e ONGs cristãs: “eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10.10). Como cristãos sabemos que nossa cidadania na terra é sempre precária, transitória, na busca da cidade vindoura no Reino de Deus. Isto, no entanto, não é razão para fugir da construção da cidade terrena, antes sublinha a necessidade de, inspirados e inspiradas pelos valores do Reino, contribuirmos como cristãs e cristãos nesta luta pela cidadania, com *parrhesia* e *kenosis*, com ousadia e humildade ao mesmo tempo. Neste caminho, quero apresentar cinco elementos que considero centrais para, de fato e efetivamente, contribuir para a conquista da cidadania.³⁰ Respondem a problemas efetivos, os quais posso aqui apenas minimamente esboçar, ao mesmo tempo que retomam elementos centrais da teologia na perspectiva da Reforma, especialmente em sua vertente luterana à qual hoje pertença - sem nenhuma pretensão de exclusividade, pelo contrário, buscando fomentar parcerias.

(a) Não é possível ser cidadã ou cidadão, sentir-se parte de uma comunidade regida pela justiça e visando o bem-estar de todas e todos, sem ter a percepção de seu valor como pessoa. A valoração na sociedade se dá em geral assimetricamente pelo status atribuído a partir da importância da família, dos bens econômicos, do grau de educação formal, da cor da pele, do gênero, entre outros indicadores. Quem não cumpre nenhum dos quesitos valorizados, no entanto, terá sua dignidade de onde? Têm muitas pessoas que foram humilhadas demais para se enxergarem como cidadãos e cidadãs, e que pensam de si como não fazendo parte da sociedade. A teologia luterana insiste na justificação pela graça mediante a fé *extra nos*, recebida como dádiva, por plena gratuidade. Também a teologia da criação focada no ser humano feito à imagem e semelhança de Deus fundamenta a cidadania. Assim pessoa é cidadã não por característica ou méritos específicos, mas simplesmente por ser um ser humano, que tem sua dignidade intrínseca atribuída. A teologia da Reforma é muito rica neste enxergar da pessoa como aceita incondicionalmente por um Deus misericordioso. Mas temos que reconhecer que as igrejas pentecostais, via de regra, tem sido mais eficazes em transmitir um real sentimento de dignidade e auto-respeito às pessoas em situação de precariedade e vulnerabilidade. Ironicamente, no Brasil, essas pessoas muitas vezes são chamadas, no falar coloquial, de “cidadãos” – pessoas sem nome próprio, sem raízes, sem reconhecimento. Para uma cidadania efetiva, é preciso, em primeiro lugar, *ser* cidadã e cidadão e sentir e compreender-se como tal.

(b) Um segundo passo é poder *viver* como cidadã, como cidadão inserida e inserido numa sociedade possibilitada pela solidariedade baseada em laços de confiança. Contudo, precisamente a confiança parece ser o que mais falta neste país: Perguntada, numa pesquisa padronizada e mundialmente aplicada, se a pessoa entrevistada em geral confia nas outras pessoas, somente 7% da população brasileira dizem que sim. A média na América Latina é de 17%, enquanto na Noruega soma 74%.³¹ Não é que não haja nenhuma confiança,

³⁰ Tenho feito isto extensivamente em SINNER, 2012, parte IIIA, p. 281-317.

³¹ Ver CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *La confianza en América Latina 1995-2015*. 20 años de opinión pública latinoamericana. Santiago de Chile: Latinobarómetro, 2015. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>, acesso em 9 dez. 2015. Sobre a Noruega, ver a tabela em <http://ourworldindata.org/data/culture-values-and-society/trust/>, acesso em 9 dez. 2015.

mas ela se restringe a pessoas da família, do entorno imediato, pessoas conhecidas. No mais, rege a desconfiança, reforçada por constantes narrativas e notícias de fraude, corrupção, engano, violência. Ao mesmo tempo, as igrejas estão entre as instituições consideradas mais confiáveis, o que lhes confere um alto potencial e responsabilidade. O fato que sua fé, *pistis, fiducia* significa confiança em Deus vai muito além de uma confiança imprescindível para a construção da cidadania e necessária para o funcionamento da democracia, mas pode fortalecer e renova-la. Mas pode, numa situação de acentuada desconfiança, possibilitar o risco do perdão, da reconciliação e da construção ou reconstrução de laços de confiança.

(c) Aqui entra o terceiro aspecto: E como lidar com a violência, a fraude, a corrupção, o fato de que uns se aproveitam dos outros, o fato de que há, muitas vezes, razões mil para se desconfiar? Viver neste mundo significa viver numa situação ambígua. A própria Bíblia está cheia de exemplos desta ambiguidade da vida, da mistura do bem e do mal e da impossibilidade de ficar de mãos limpas em tais situações. Com propriedade, Dietrich Bonhoeffer falou da nossa existência no penúltimo, mesmo que orientado pela palavra última da justificação por graça e fé, e tirou as últimas consequências nesta situação que reconhecia como penúltima, apoiando o atentado contra Hitler e sofrendo as consequências de seu fracasso.³² Nosso cotidiano também hoje, no Brasil e alhures, está caracterizado pela coexistência do bem e do mal. Há, sim, tentativas de não aguentar esta ambiguidade, mas de tentar fugir dela. Uma opção é apontar o Cristo como único que poderá trazer mudança – neste caso, o mundo seria todo mau, uma tendência presente em muitas igrejas conservadoras e milenaristas. Alternativamente, se oferece uma solução total, imanente para o problema numa escatologia realizada, como pregada pelas igrejas da teologia da prosperidade. Outrossim, um legalismo moralista também pode ser visto como tentativa de superar a ambiguidade. Em vez disto, me parece possível e pertinente, com amor e realismo, enxergar-se e a outras pessoas como *simul iusti et peccatores*, justos *in spe*, na esperança, e pecadores *in re*, na verdade, como diria Lutero.³³ Antes de ser um pessimismo, como alguns pensaram, considero esta visão realista. Isto significa, também, que a confiança conforme exposto acima não pode ser uma confiança ingênua, como se não existisse o mal e o mundo seria algo totalmente harmonioso. Para cristãs e cristãos, sempre há a desconfiança diante dos seres humanos, tanto de nós mesmos, quanto de outras e outros, de acordo com sua consciência do poder do pecado. Sabendo disto, mas não se desesperando a partir da confiança em Deus, possibilita aguentar a ambiguidade, a falta de clareza, a constante busca do caminho certo, como parte intrínseca da vida. Assim, é possível perservar como cidadão e como cidadã.

(d) A questão da motivação para a cidadania também merece destaque, uma motivação que não apenas considera os próprios direitos, nem apenas seus deveres. Tal motivação, pela qual cristãs e cristãos têm fundamentação teológica específica, nem cai numa autonomia mal entendida como mero interesse individual, nem numa heteronomia como subserviência cega, mas

³² BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009, p. 71-105.

³³ LUTERO, Martinho. *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos. Obras Seleccionadas*, vol. 8. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. p. 235-330, à p. 276.

procura o serviço livre na liberdade. Mediante a justificação pela fé, os cristãos se tornam criaturas novas, livres do cativo do mal, enquanto estão numa posição para servir, no meio do pecado e do mal. Em seu famoso tratado da liberdade cristã, Lutero mostra claramente que tal liberdade não é, simplesmente, uma liberdade de escolha, mas de serviço: ser, ao mesmo tempo, um “senhor libérrimo” e “a todos sujeito”, por vontade própria, não por coerção.³⁴ Assim, cidadania pode se descoberta como serviço.

(e) Por fim, importa ressaltar que algumas pessoas cristãs e igrejas têm a tendência de separar religião e política, igreja e Estado, de forma a serem dispensados, indevidamente, de suas responsabilidades em relação ao conjunto da sociedade. Já outras tendem a confundir as esferas e procuram impor sua fé e igreja sobre os demais. Ambas as tendências precisam ser superadas pelo cidadão cristão que se enxerga como servindo a Deus sob dois regimentos distintos, mas não separados. Para Lutero, numa época de cristandade, era claro que Deus reinaria por meio de ambos os regimentos. Este não pode ser um ponto de partida hoje, em tempos de pluralismo religioso e num Estado secular, i.e., neutro em assuntos da religião. Contudo, a distinção de papéis do poder secular e do âmbito – nem deveria ser poder, a não ser entendido claramente de outra forma do que o poder secular – espiritual e eclesiástico ainda importa hoje para evitar uma intromissão indevida de ambos os lados. Sabemos que, historicamente, a chamada doutrina dos dois reinos ou, mais especificamente, regimentos, acarretou sérias limitações e perigos. Contudo, num contexto onde há pretensões claras ao poder por parte de igrejas e suas lideranças, a distinção de esferas defendida por Lutero em seus escritos a respeito adquirem uma nova atualidade.

Estes cinco aspectos, do ser, do viver, do perseverar, do servir e do estar sob dois regimentos da pessoa cidadã são, para mim, o núcleo de uma teologia na tradição da Reforma que se oferece hoje para a transformação da sociedade e que deve, evidentemente, fazer parte da educação, não apenas da teológica. Pude apenas esboçar aqui o que desenvolvi com bem mais fôlego em outro lugar, conforme indiquei. Mas espero que possam servir estas pinceladas para instigar nossa discussão do tema ao longo dos próximos dias, o que entendi ser minha tarefa. Concentrando-me no contexto brasileiro e na tradição luterana, espero que seja possível conectar-se também a partir de outros contextos e tradições da Reforma, e além dela.

Falar de uma teologia pública focada na cidadania é algo que serve para uma reflexão apurada sobre o papel da religião no mundo contemporâneo, na política, na sociedade, na academia, como reflexão construtiva, crítica e autocrítica das próprias igrejas, comunicando-se com outros saberes e com o mundo real. Bem diz meu colega Iuri Reblin partindo do rebelde protestante e educador Rubem Alves: “Teologia é um jogo que é jogado quando a vida está em jogo”.³⁵ É uma teologia da vida ligada ao Deus da vida procurando

³⁴ LUTERO, Martinho. Tratado de Martinho Lutero sobre a Liberdade. *Obras Seleccionadas*, vol. 2. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 435-460.

³⁵ Iuri Andréas Reblin, que se doutorou na EST em março de 2012, escreveu isto numa contribuição preparada para o seminário sobre Teologia Pública e Cidadania, realizado em setembro de 2011, em conjunto com colegas da Universidade de Stellenbosch e da Universidade da África do Sul (UNISA), com apoio do Edital Pro-África do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

contribuir na sociedade para que haja vida digna de ser vivida para todas e todos. Muito obrigado.